

O ensino de geografia física nos pré-vestibulares populares: educação significativa e formação cidadã

*The teaching of physical geography in popular preparatory
courses: meaningful education and citizen formation*

*La enseñanza de la geografía física en los cursos populares
preuniversitarios: educación significativa y formación ciudadana*

Lucas Santos Daniel 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
geo.lucasdaniel@gmail.com

RESUMO

Os Pré-Vestibulares Populares (PVPs) vão além da preparação para exames, atuando como espaços de resistência frente às desigualdades sociais e educacionais. Ocorre que, as limitações estruturais, financeiras e pedagógicas comprometem sua efetividade, incluindo modelos de ensino tradicionais e descritivos. Nesse sentido, discutir o ensino de Geografia Física nesses cursos torna-se primordial, visto que essas práticas docentes têm corroborado para uma falha na formação crítica de estudantes historicamente excluídos. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades do ensino de Geografia Física nos Pré-Vestibulares Populares, considerando sua importância para uma educação significativa e cidadã. Esta pesquisa, que adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão de literatura e análise documental, considera que o ensino crítico e contextualizado da Geografia Física pode fortalecer o papel dos PVPs como territórios de transformação social, promovendo a consciência dos estudantes sobre seu lugar no mundo e potencial para intervir na realidade.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de geografia; geografia física; pré-vestibulares populares.

ABSTRACT

Popular Preparatory Courses (PVPs) go beyond exam preparation, acting as spaces of resistance against social and educational inequalities. However, structural, financial, and pedagogical limitations compromise their effectiveness, including the use of traditional and descriptive teaching models. In this context, discussing the teaching of Physical Geography in these courses becomes essential, as such teaching practices have contributed to a failu-

re in the critical education of historically excluded students. Therefore, this study aims to reflect on the challenges and possibilities of teaching Physical Geography in Popular Preparatory Courses, considering its importance for meaningful and civic education. This research adopts a qualitative approach, based on literature review and document analysis, and argues that a critical and contextualized teaching of Physical Geography can strengthen the role of PVPs as territories of social transformation, promoting students' awareness of their place in the world and their potential to intervene in reality.

KEYWORDS: teaching of geography; physical geography; popular preparatory courses.

RESUMEN

Los Preuniversitarios Populares (PVP) van más allá de la preparación para exámenes, actuando como espacios de resistencia frente a las desigualdades sociales y educativas. Sin embargo, las limitaciones estructurales, financieras y pedagógicas comprometen su efectividad, incluyendo modelos de enseñanza tradicionales y descriptivos. En este sentido, discutir la enseñanza de la Geografía Física en estos cursos se vuelve primordial, ya que estas prácticas docentes han contribuido a una falla en la formación crítica de estudiantes históricamente excluidos. Así, este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre los desafíos y posibilidades de la enseñanza de la Geografía Física en los Preuniversitarios Populares, considerando su importancia para una educación significativa y ciudadana. Esta investigación, que adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en la revisión de literatura y el análisis documental, considera que la enseñanza crítica y contextualizada de la Geografía Física puede fortalecer el papel de los PVP como territorios de transformación social, promoviendo la conciencia de los estudiantes sobre su lugar en el mundo y su potencial para intervenir en la realidad.

PALABRAS CLAVE: enseñanza de la geografía; geografía física; preuniversitarios populares.

Introdução

Os Pré-Vestibulares Populares (PVPs) são cursos organizados por movimentos sociais de diferentes entidades, que tem o objetivo de ampliar o acesso ao Ensino Superior a cidadãos socialmente marginalizados. No entanto, sua atuação vai além da simples preparação para os vestibulares, configurando-se como espaços de resistência e enfrentamento às desigualdades sociais e à precarização da educação pública. Nessa perspectiva, o ensino de Geografia Física nesses espaços constitui-se como um importante campo de reflexão, especialmente quando se considera o papel desses cursos na democratização do acesso ao Ensino Superior e na construção da cidadania de sujeitos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, inseridos em sua grande maioria em ambientes que se relacionam com a vulnerabilidade social, os PVPs buscam oferecer uma preparação crítica para o vestibular, ultrapassando a mera transmissão de conteúdos e corroborando para a promoção de um ensino que esteja comprometido com a transformação do corpo social (Santos, 2020; Vasconcelos, 2015; Thum, 2000; Santos, 2006). Contudo, apesar de seu papel transformador, os Pré-Vestibulares Populares enfrentam diversas limitações que comprometem sua efetividade, destacando-se as dificuldades estruturais e financeiras, a falta de apoio político, a precariedade dos espaços físicos e a ausência de recursos didáticos adequados, que são reflexos diretos das condições materiais dos próprios estudantes e das comunidades onde esses projetos se inserem.

Além disso, observa-se que, em alguns casos, a prática pedagógica adotada por certos professores, ainda ancorada em modelos tradicionais e transmissivos, contraria os princípios de uma educação libertadora (Freire, 1991; 2004). Tal abordagem, pode tornar os conteúdos excessivamente teóricos e descolados da realidade concreta dos alunos, esvaziando o potencial crítico e emancipador que caracteriza esses espaços educativos (Vygotsky, 1998; 2001). Dessa forma, quando o ensino se restringe à mera reprodução de fórmulas, definições e classificações descontextualizadas, enfraquece-se a capacidade dos estudantes de relacionar os fenômenos físico-naturais com suas vivências cotidianas e com os problemas socioambientais que enfrentam.

Sob esse ponto de vista, este trabalho parte da articulação entre os Pré-Vestibulares Populares (PVPs) e as dinâmicas físico-naturais, tendo como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades do ensino de Geografia Física nos PVPs, considerando sua importância para uma educação significativa e cidadã. Sendo assim, aborda-se aqui a necessidade de que os con-

teúdos referentes às dinâmicas da natureza não sejam fragmentados das dinâmicas sociais, visto que isso contribui para uma educação e construção de pensamentos limitados, que não compreendem a relação entre o ser humano e a natureza.

Além disso, analisaram-se criticamente as práticas tradicionais de ensino da Geografia Física, que frequentemente não contribuem para a formação crítica dos estudantes. Buscou-se, assim, contribuir com uma abordagem que relacione os fenômenos físico-naturais à realidade dos alunos, visando capacitá-los a compreender e enfrentar as desigualdades socioambientais em seus territórios e a fortalecer sua consciência cidadã.

Sob esse ponto de vista, a escolha por discutir o ensino de Geografia Física nos Pré-Vestibulares Populares (PVPs) justifica-se pela relevância desses espaços enquanto territórios de resistência, inclusão e formação crítica. Esses cursos, voltados para estudantes de baixa renda e historicamente excluídos do Ensino Superior, desempenham um papel fundamental na democratização do conhecimento e na promoção da cidadania. Nesse sentido, pensar estratégias didáticas e metodológicas no ensino de Geografia Física torna-se ainda mais urgente diante dos desafios estruturais enfrentados pelos PVPs, sobretudo quando se reconhece que esses estudantes, em sua maioria, vivem em áreas periféricas e ambientalmente frágeis, sendo diretamente expostos às consequências da relação entre as dinâmicas físico-naturais e sociais.

Por meio de uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, constituída a partir de revisão de literatura, construiu-se uma reflexão crítica acerca do ensino de Geografia Física nos Pré-Vestibulares Populares (PVPs), com ênfase na necessidade de os educadores promoverem uma aprendizagem significativa. Nesse contexto, autores como Santos (2020), Vasconcelos (2015), Thum (2000), Santos (2006) fomentaram a reflexão teórica a respeito da função social dos Pré-Vestibulares Populares, corroborando para o entendimento desses espaços como ambientes desenvolvedores de formação crítica e inclusão social.

Além disso, Freire (1991; 2004) e Vygotsky (1998; 2001) foram fundamentais para a compreensão de que a educação, independente de qual área do conhecimento, deve estabelecer um diálogo com a realidade vivida pelos alunos, utilizando essa relação como instrumento para a emancipação dos sujeitos. Da mesma forma, Castellar (2016) e Cavalcanti (2002; 2017) contribuíram para a reflexão sobre o papel da Geografia como ferramenta essencial na formação crítica, ao possibilitar que o aluno compreenda o espaço como uma construção histórica, marcada por relações e processos sociais desiguais.

Assim, este trabalho propõe-se a contribuir para o debate sobre uma prática geográfica mais humanizada, contextualizada e coerente com os princípios de uma educação popular, que não apenas prepare para o vestibular, mas também forme sujeitos críticos, capazes de entender, analisar e transformar a realidade em que vivem.

A construção e relevância histórica dos Pré-Vestibulares Populares (PVPs)

Os cursos denominados Pré-Vestibulares Populares (PVPs) emergem no contexto da ascensão dos movimentos sociais no Brasil, especialmente aqueles vinculados às pautas feministas, étnico-raciais, culturais e educacionais. Considerando a circunstância histórica de seu surgimento, observa-se que tais iniciativas ganham força durante o processo de redemocratização do país, período marcado pela intensificação dos debates em torno da justiça social e da ampliação do direito à educação. Nesse cenário, os PVPs não se limitam à função instrumental de preparação para os exames vestibulares e consolidam-se como espaços de resistência, formação política e afirmação identitária de sujeitos historicamente marginalizados no acesso ao Ensino Superior (Nascimento, 2012).

Além disso, os Pré-Vestibulares Populares, também denominados Pré-Vestibulares Sociais, configuram-se como projetos político-pedagógicos comprometidos com a promoção da acessibilidade às universidades brasileiras. Tais iniciativas, para além do objetivo pedagógico de contribuir com a aprendizagem dos conteúdos exigidos nos exames, assumem um papel central na capacitação de cidadãos em situação de pobreza e vulnerabilidade social para o ingresso no Ensino Superior (Nascimento, 2012). Sob essa perspectiva, é necessário compreendê-los não como ações pontuais ou de caráter assistencialista, mas como parte integrante de um movimento coletivo mais amplo voltado à democratização do ensino no Brasil (Zago, 2008).

Desde sua origem, esses espaços assumem a missão de romper com a lógica excludente do acesso à universidade pública, voltando-se, prioritariamente, para jovens e adultos oriundos das camadas populares. A criação e expansão dos PVPs, como destacado por Zago (2008), estão profundamente relacionadas às modificações sociais vivenciadas no Brasil, especialmente aquelas associadas à ampliação do acesso à educação básica e às novas exigências impostas pelo mercado de trabalho.

Nesse contexto, o aumento da procura pelo Ensino Superior resultou não apenas em maior concorrência pelas vagas nas universidades públicas, mas

também a chamada “inflação dos diplomas”, expressão que, segundo Zago (2008), designa a perda do valor simbólico e social do diploma como garantia de ascensão social. Diante desse cenário, a partir das reflexões do autor, compreende-se que os PVPs emergem como uma resposta coletiva à exclusão educacional, evidenciando a preocupação com o acesso desigual ao Ensino Superior e reafirmando seu papel como instrumentos de resistência e transformação social.

Dessa forma, conforme argumenta Thum (2000), os Pré-Vestibulares Populares surgem com o propósito de demonstrar que, quando lhes são oferecidas oportunidades concretas, os trabalhadores têm plenas condições de ingressar na universidade pública. Assim, tais iniciativas evidenciam que a ausência das classes trabalhadoras no espaço universitário não se relaciona à suposta falta de capacidade intelectual, mas sim às barreiras estruturais impostas pelo próprio sistema educacional, que dificulta o acesso dos setores populares, como destacado por Trópia (2023). Reafirma-se, portanto, a compreensão de que estes grupos, ainda que economicamente desfavorecidos, possuem saberes e potencialidades que contradizem o preconceito de que seriam incapazes de aprender e desenvolver-se academicamente.

Por fim, destaca-se que esses projetos não se restringem a um papel técnico ou educativo tradicional, mas visam fomentar a consciência da posição social de cada indivíduo, incentivando-o a elaborar projetos de emancipação baseados em sua própria experiência e na realidade coletiva. Nessa perspectiva, como abordado por Vasconcelos (2015), os cursos populares rejeitam a lógica dominante de formação de sujeitos meramente consumidores e afirmam uma proposta de transformação social enraizada na vivência e na resistência das classes trabalhadoras.

Sob esse entendimento, Schönhofen *et al.* (2020) destaca os Pré-Vestibulares convencionais como ambientes competitivos e incertos, os quais tornam-se potenciais de instabilidade emocional para os estudantes. Nesse cenário, os Pré-Vestibulares Populares (PVPs) se diferenciam dos cursinhos tradicionais, que geralmente são guiados por lógicas mercadológicas e meritocráticas de competição, ao se configurarem como espaços de acolhimento, solidariedade e justiça social. Desse modo, ao romper com a ideia de que apenas uma minoria privilegiada deve acessar o ensino superior, os PVPs ampliam o acesso e enfrentam diretamente as pressões emocionais e as desigualdades que afetam especialmente os estudantes das classes populares.

Assim, quando se faz a análise do perfil socioeconômico dos sujeitos que compõem o corpo discente dos PVPs, revela-se a estreita vinculação desses

espaços com os movimentos sociais e as lutas por justiça educacional. Com base na pesquisa de Santos (2020), que fez um levantamento a respeito da evasão em um Pré-Vestibular Popular na Maré (RJ), observa-se que a maioria dos estudantes é composta por mulheres jovens, pardas, moradoras de favelas, solteiras, com renda familiar entre um e três salários mínimos, cujos pais, em sua maioria, não concluíram o Ensino Fundamental. Esse perfil evidencia que os PVPs surgem como resposta direta às desigualdades estruturais que historicamente excluem esses grupos do acesso ao Ensino Superior público. Dessa forma, os Pré-Vestibulares Populares assumem uma função não apenas pedagógica, mas também sociopolítica, atuando como formas de resistência e enfrentamento às desigualdades educacionais.

Ao promoverem o acesso ao conhecimento e à universidade pública, os PVPs não apenas ampliam as possibilidades de mobilidade educacional e profissional dos sujeitos que os frequentam, como também fortalecem processos formativos voltados à consciência crítica e ao pertencimento político. Conforme salienta Nascimento (2012), tais iniciativas atuam, em grande medida, como movimentos sociais conduzidos por uma concepção de ensino crítico e engajado, voltado para a transformação da realidade social. Nessa perspectiva, os PVPs desenvolvem práticas pedagógicas que integram conteúdos acadêmicos à formação e atuação cidadãs, buscando constituir sujeitos conscientes de sua inserção histórica e de seu potencial transformador. Sendo assim, ao oferecerem uma proposta educativa que valoriza o saber crítico e o protagonismo de indivíduos historicamente marginalizados, esses projetos inserem-se no campo da educação emancipatória (Freire, 1994), com o objetivo de romper com as estruturas excludentes do sistema educacional tradicional e de contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

Ensino significativo de Geografia e a formação cidadã nos PVPs

Para Vygotsky (2001), a educação é um processo que está diretamente relacionado a fatores socioculturais. Nessa perspectiva, entende-se que a construção/formação do sujeito, enquanto cidadão pensante, não acontece isoladamente, apenas com base em talentos ou capacidades naturais, mas, pelo contrário, está profundamente ligada ao contexto no qual o sujeito vive. Dessa maneira, ressalta-se que a aprendizagem é um percurso que perpassa as relações sociais e culturais, a qual capacita o processo pedagógico formar sujeitos capazes de transformar o mundo e não apenas se tornarem adaptáveis a ele.

Freire (1991; 2004) defende uma educação voltada para a emancipar os sujeitos, a qual tem sua gênese na realidade concreta e estimula a crítica reflexiva sobre o mundo. Desse modo, o autor destaca a necessidade de rejeitar o que denomina de educação bancária, a qual trata o aluno como recipiente passivo. Sob esse ponto de vista, o autor propõe um ensino problematizador, em que o professor, de maneira simultânea, ensina e aprende, desenvolvendo um processo de diálogo e construção coletiva do saber.

Promover um ensino significativo nos Pré-Vestibulares Populares, ou, em outras palavras, abordar o espaço em que o sujeito vive, trata-se de contribuir para a construção cidadã e da consciência crítica dos estudantes. Nessa perspectiva, quando, colaboramos, enquanto professores para que o aluno possa vivenciar uma educação dialógica e contextualizada com sua realidade, permitimos que a capacidade de pensar sobre o mundo ao seu redor e de se posicionar diante de injustiças, desigualdades e problemas presentes em seus coletivos seja desenvolvida.

Dessa maneira, Vygotsky (2001) destaca que os conceitos cotidianos, ou seja, a aprendizagem que o aluno constrói em seu dia a dia, contribuem significativamente para a construção dos conceitos científicos, aqueles que são abordados na educação formal. Sob esse ponto de vista, entende-se que a formação do indivíduo enquanto cidadão, portanto, não está atrelada apenas ao que ele aprende no espaço da instituição de ensino, mas também em seus espaços socioculturais.

Macêdo (2015) destaca que a função crítica e social do ensino de Geografia na educação básica está atrelada a mais do que apenas a transferência de informações teóricas sobre espaço, relevo ou clima. A disciplina carrega o significativo papel de formar sujeitos conscientes e atuantes no mundo o qual fazem parte. Nesse sentido, ao entenderem as contradições socioespaciais, tais como desigualdade territorial, segregação urbana e acesso desigual a recursos naturais ou serviços, os alunos são incentivados a compreender de maneira crítica a realidade e a agir para transformá-la.

Nesse contexto, o ensino de Geografia nos Pré-Vestibulares Populares (PVPs) deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica para evidenciar as contradições socioespaciais vivenciadas cotidianamente pelos estudantes. De acordo com Straforini (2004), a Geografia tem como papel essencial revelar as desigualdades inscritas no espaço, de modo que, ao compreendê-las criticamente, os sujeitos possam desenvolver um sentimento de inconformismo diante da realidade posta.

Sob esse ponto de vista, o ensino de Geografia nos PVPs deve estar diretamente ligado ao objetivo de, por meio dos conteúdos, construir uma educação que busque a compreensão das pluralidades dos estudantes. A esse respeito, Vasconcelos (2015) ressalta a significativa necessidade de um saber geográfico que, embora seja engajado em não fragmentar o ser humano do ambiente físico-natural, trate os alunos pelas suas pluralidades. Em outras palavras, a Geografia em sala de aula deve ser exercida a partir do reconhecimento da diversidade dos sujeitos, considerando o estudante não apenas como um dado demográfico, mas como elemento estruturante do próprio processo de ensino.

Em concordância, Santos (2006) salienta a necessidade de os professores de Geografia construírem a valorização das diferenças entre os alunos, sejam elas de cunho cultural, social, territorial ou econômico. Essa perspectiva, segundo o autor, colabora para o rompimento com a ideia de uma educação neutra, a qual silencia outras realidades e perpetua formas de dominação. Sob esse ponto de vista, essa construção é fundamental para os PVPs, visto que contribui para a reflexão dos alunos a respeito de sua própria condição no mundo, permitindo-lhes entender as injustiças que os cercam.

A partir de uma perspectiva significativa do ensino, como proposto por diversos referenciais anteriores, a educação deixa de ser uma prática neutra e passa a ser compreendida como um ato político e formador de sujeitos históricos. Sob esse ponto de vista, Daniel (2025) salienta que o verdadeiro ensino de Geografia, que seja, portanto, significativo, contribui para que os conteúdos vistos em sala de aula sejam aplicados no dia a dia. Isto é, o estudante deve perceber o conhecimento como algo que possa ser sistematizado e utilizado em sua vida fora das quatro paredes da instituição de ensino.

Esse aspecto se torna ainda mais urgente quando se considera o perfil dos estudantes que frequentam os PVPs, os quais, em sua maioria, são jovens e adultos, mulheres, provenientes das periferias urbanas, marcados por trajetórias escolares interrompidas, exclusões sociais e experiências de vulnerabilidade. Para esses sujeitos, compreender os conteúdos escolares, especialmente os da Geografia, como ferramentas para interpretar sua realidade concreta é essencial. Com isso, o ensino de Geografia passa a cumprir sua função emancipadora, pois não apenas informa, mas possibilita que o sujeito se perceba como parte de um processo social mais amplo, capaz de agir, reivindicar e transformar a realidade em que está inserido.

Temáticas físico-naturais a partir da abordagem significativa nos PVPs

Compreender os elementos físico-terrestres demanda ultrapassar uma abordagem simplista, pautada apenas na observação e descrição dos fenômenos naturais. No entanto, sob forte influência do paradigma positivista, o ensino de Geografia tem, recorrentemente, se submetido a uma lógica reducionista e mecanicista, em que os conteúdos relacionados às dinâmicas naturais da Terra são transmitidos de forma excessivamente descritiva, matematizada e descontextualizada (Daniel, 2025).

Nesse sentido, conforme aponta Daniel (2025), tal abordagem tem contribuído para a consolidação de um ensino de caráter limitado, incapaz de promover uma compreensão aprofundada e crítica dos processos físico-naturais. Como consequência, os estudantes acabam por desenvolver uma visão fragmentada e superficial desses elementos, comprometendo, assim, a construção de uma leitura integrada do espaço geográfico. Essa limitação repercute diretamente na formação do pensamento geográfico do discente, restringindo sua capacidade de estabelecer conexões entre as dinâmicas naturais e os processos sociais que estruturam o território.

A adoção de uma abordagem descritiva e fragmentada no ensino das dinâmicas físico-naturais pode gerar sérias consequências para os estudantes dos Pré-Vestibulares Populares (PVPs), especialmente por se tratar de um público majoritariamente oriundo de contextos de vulnerabilidade social, cujas experiências de vida já são marcadas por desigualdades educacionais. Nessa perspectiva, dialogamos com Morais (2016), ao ressaltar a importância da compreensão crítica das dinâmicas naturais terrestres, visto que, ao reconhecer a interação entre elementos físico-naturais e fatores socioeconômicos, o ensino geográfico passa a desempenhar um papel emancipador.

Ao buscar a estruturação de uma percepção crítica sobre os elementos físico-naturais, abre-se caminho para contornar a abordagem descritiva e matematizada da Geografia Física, que, ao dissociar os fenômenos naturais das ações humanas, esvazia o saber de sua dimensão política e social. Assim, quando se permite ao estudante reconhecer, por exemplo, as dinâmicas ambientais que afetam seu território, como enchentes recorrentes, ilhas de calor, ausência de saneamento ou de áreas verdes, favorece-se uma percepção crítica desses fenômenos, que passam, a partir dessa abordagem, a serem entendidos como frutos de decisões políticas, históricas e econômicas, e não como eventos meramente naturais ou inevitáveis.

Para os estudantes dos PVPs, esse diálogo é fundamental, visto que, vivendo majoritariamente em áreas periféricas e ambientalmente frágeis, eles são sujeitos diretamente expostos às consequências da ocupação desigual do espaço. Entre as problemáticas mais comuns estão as enchentes, deslizamentos, inundações, descarte irregular de resíduos, assoreamento de rios, entre outros. Dessa forma, ao reconhecer a interação entre elementos físico-naturais e os fatores socioeconômicos, conforme propõe Morais (2016), o ensino geográfico passa a exercer uma função emancipatória, permitindo que os discentes compreendam as injustiças ambientais que os afetam e se reconheçam como agentes capazes de questionar e transformar essa realidade.

Para constituir um saber geográfico significativo, que aborde as temáticas físico-naturais baseada na perspectiva crítica, torna-se necessário valorizar as especificidades locais. Castellar (2016) contribui para esse debate ao afirmar que a globalização contemporânea deve ser compreendida como um fenômeno simultaneamente velho e novo: velho, por já ter ocorrido em outras formas ao longo da história; novo, pelas técnicas, métodos e efeitos que assume nos dias atuais. Em meio a esse contexto globalizado, que tem contribuído para a homogeneização não apenas da cultura, mas também dos conteúdos escolares, a Geografia, segundo Cavalcanti (2002; 2017), representa uma ferramenta primordial que possibilita a compreensão dos espaços vividos pelos estudantes e ultrapassa o ensino padronizado dos territórios no currículo escolar.

Em consonância, Massey (2017) sustenta que o ensino de Geografia constitui uma ferramenta fundamental para auxiliar os estudantes a explorarem a complexidade de cada território e suas dinâmicas particulares. Assim, quando aplicado ao ensino de Geografia Física nos PVPs, entende-se que valorizar os territórios onde os alunos vivem é essencial para que os conteúdos físico-naturais façam sentido e cumpram seu papel formativo. Tal postura rompe com a lógica padronizadora imposta por currículos generalistas e confere à Geografia Física um caráter crítico, contextualizado e transformador.

A compreensão do espaço vivido é uma ferramenta central para a construção de uma abordagem significativa da Geografia nos Pré-Vestibulares Populares (PVPs), sobretudo quando se trata de promover uma percepção crítica da cidade e de suas contradições. Destaco Sacramento (2017), quando enfatiza que a compreensão do espaço urbano permite mediar práticas socioespaciais e desvelar o que está por trás das aparências, possibilitando ao estudante compreender como os lugares são efetivamente produzidos. Desse modo, ao promover essa articulação, o ensino de Geografia nos PVPs

favorece o desenvolvimento de uma leitura espacial crítica, na qual os sujeitos possam perceber os múltiplos fatores que estruturam suas cidades, interpretando os fenômenos ambientais e urbanos a partir de suas experiências concretas e contextos sociais.

Ao reconhecer os espaços vividos pelos estudantes como legítimos objetos de estudo e reflexão, o ensino de Geografia contribui não apenas para a compreensão técnica dos fenômenos naturais, mas também para fortalecer a identidade própria de território e de cidadania ativa. Nesse sentido, Kaercher (1997) ressalta que a Geografia está presente em todos os lugares, inclusive no percurso diário dos estudantes, reflexão que evidencia a importância de valorizar as experiências espaciais concretas que cada discente vivencia. Assim, cabe ao professor de Geografia considerar essas especificidades como ponto de partida para uma aprendizagem mais contextualizada, crítica e significativa das temáticas referentes às dinâmicas físico-naturais da Terra.

Considerações Finais

Portanto, com base nos fundamentos discutidos ao longo deste trabalho, considera-se que o ensino de Geografia Física nos Pré-Vestibulares Populares (PVPs) deve estar orientado por uma perspectiva crítica, contextualizada e emancipatória, capaz de dialogar com as vivências concretas dos estudantes e com as dinâmicas socioterritoriais dos espaços que ocupam. Nesse viés, ao reconhecer o caráter político e social da educação, especialmente nos contextos populares, torna-se imprescindível que o ensino da Geografia Física vá além da mera descrição de elementos naturais, incorporando uma leitura integrada das relações entre natureza e sociedade.

Essa abordagem exige que os educadores dos PVPs revisitem suas práticas pedagógicas, assumindo um compromisso com metodologias que promovam a centralidade do espaço vivido pelo discente, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento. Sob essa reflexão, a valorização dos saberes locais e das experiências cotidianas dos estudantes contribui para o fortalecimento de um ensino que, de maneira simultânea, aborda os conteúdos exigidos nos exames e fomenta a compreensão das desigualdades ambientais, territoriais e sociais que estruturam o espaço vivido.

As dinâmicas físico-naturais, tais como o relevo, o clima, a hidrografia e a vegetação, devem ser compreendidas em permanente diálogo com o espaço vivido pelos discentes, sobretudo nos contextos populares onde os Pré-Vestibulares Populares (PVPs) atuam. Com isso, tal perspectiva permite que o estudante reconheça como eventos naturais, como enchentes,

deslizamentos ou ondas de calor, afetam de maneira desigual as populações, revelando as contradições socioespaciais e os impactos das políticas urbanas e ambientais.

Entende-se que a Geografia Física, quando ensinada de forma crítica e dialógica, torna-se uma ferramenta potente para a formação de sujeitos conscientes de seu lugar no mundo e de seu papel na transformação da realidade. Assim, reafirma-se o papel dos PVPs não apenas como espaços de preparação acadêmica, mas como territórios de resistência e formação cidadã. Portanto, a integração do ensino das dinâmicas físico-naturais aos contextos sociais dos estudantes, contribui para uma educação comprometida com a justiça social, a igualdade e a construção de um corpo social mais democrático e solidário. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLAR, S. M. V. A globalização: suas interpretações no ensino de geografia. *In*: CAVALCANTI, L. S. (org.). **Temas da geografia na escola básica**. Campinas: Papyrus Editora, 2016, p. 212– 238.

CAVALCANTI, L. S. . Ensinar geografia para a autonomia do pensamento: o desafio de superar dualismos pelo pensamento teórico crítico. *Revista Da ANPEGE*, 2017, 7(01), 193–203. <https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0016>. Acesso em: 30/05/2025

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa. 2002.

DANIEL, L. S. O ensino da geografia física a partir da realidade vivida pelo estudante. *In*: PACHECO, J. T. R.; PACHECO, M. Z. (org.). **A geografia: compreendendo as interações naturais e sociais na transformação do espaço terrestre**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2025, p. 1-14.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de geografia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

MACÊDO, H. C. Refletindo sobre o espaço vivido: o lugar na construção dos conhecimentos geográficos. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 5, n. 10, p. 152-165, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/256>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MASSEY, D. A mente geográfica. *GEOgraphia*, Niterói, v. 19, n. 40, p. 36-40, maio/out., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13798>.

MORAIS, E. M. B. As temáticas físico-naturais como conteúdo de ensino da geografia escolar. *In*: CAVALCANTI, L. S. (org.). **Temas da geografia na escola básica**. Campinas: Papyrus Editora, 2016, p. 14-54

NASCIMENTO, A. **Do direito à universidade à universalização de direitos: o movimento dos cursos Pré-Vestibulares Populares e as políticas de ação afirmativa**. Rio de Janeiro: Litteris, 2012.

SACRAMENTO, A. C. R. O estudo da cidade e do cidadão: a classe como intervenção didática para ensinar geografia. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, v. 1, n. 58, p. 101-123, jun., 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451750038010>. Acesso em: 30/05/2025

SANTOS, A. C. S. **Pensando estratégias para o enfrentamento da evasão em Pré-Vestibulares Populares**: um estudo de caso na Maré – Rio de Janeiro/RJ. 2020. 280 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/21071/1/914027.pdf>. Acesso em: 30/05/2025.

SANTOS, R. E. N. **Agendas & agências**: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do pré-vestibular para negros e carentes. 2006. 350 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/17220/2003%20D%20Renato%20Emerson%20Nascimento%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30/05/2025.

SCHÖNHOFEN, F. L.; NEIVA-SILVA, L.; ALMEIDA, R. B. VIEIRA, M. E. C. D. DEMENECH, L. M. Transtorno de ansiedade generalizada entre estudantes de cursos de pré-vestibular. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, p. 179-186, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000277>. Acesso em: 07/07/2025.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

THUM, C. **Pré-vestibular público e gratuito**: o acesso de trabalhadores à universidade. 2000. 211 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78448>. Acesso em: 30/05/2025.

TRÓPIA, P. V.; SOUZA, D. C. C. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. **Pro-Posições**, v. 34, p. e20210033, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0033> Acesso em: 07/07/2025.

VASCONCELOS, A. T. **Pré-Vestibulares Populares**: desafios políticos ao currículo e ensino de geografia. 2015. 217 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Formação de Professores, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/13472>. Acesso em: 30/05/2025.

VYGOTSKY, L. S. **Construção do pensamento e linguagem**: as raízes genéticas do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. 1998. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZAGO, N. Cursos Pré-Vestibulares Populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 149-174, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n1p149>. Acesso em: 30/05/2025.



Esta obra adota a licença
Creative Commons CC-BY 4.0
Atribuição 4.0 Internacional

Artigo recebido em: 25/05/2025

Artigo aprovado em: 10/07/2025

Artigo publicado em: 04/08/2025